

Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

Data: 30 de junho de 2023 -----

Abertura da reunião: nove horas e vinte e oito minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Luís Manuel Costa Rodrigues, desempenhado as funções de primeiro secretário e, Lisete Osório, segunda-secretária. - O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Márcio Moraes, por Rui Gaspar, de Filipe Pereira, por Mariana Alvim e de Manuel Paiva, por António Lareiro e comunicou que estão ausentes Paulo Tolda, Luís Silva e o presidente da união das freguesias de São Romão e Santiago, Dinis Branquinho. -----

Agradeceu a presença de todos, cumprimentou os presentes e os que assistem a esta sessão através da transmissão online e dirigiu um cumprimento especial aos utentes da Associação 2000 que frequentam a formação em Armamar, hoje, aqui presentes para apresentarem a Associação e os seus objetivos. -----

Prestou algumas informações relativas ao período desde a última Assembleia referindo que esteve presente na sessão de apresentação da agenda do Turismo que decorreu, no dia 9 de maio, na Covilhã. Disse que foi um momento muito enriquecedor e de partilha onde esteve presente o secretário de estado e foram delineadas estratégias para o Turismo do Interior e apresentadas campanhas de promoção do Turismo sempre em complementaridade com o Litoral e abordaram a questão da sustentabilidade ambiental a nível dos espaços e do património. Em 22 de maio, foi enviado convite a todos os membros da assembleia para participarem na Assembleia Municipal Jovem que se realizou no dia 2 de junho. Esta sessão teve como objetivo incutir dinâmicas e conhecimentos sobre o funcionamento de uma assembleia, aos mais jovens. Na referida assembleia estiveram presentes 28 alunos, do 8.º ao 12.º ano, que apresentaram duas

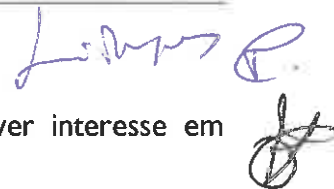


propostas por cada turma, sendo as duas mais votadas objeto de análise no período da ordem do dia da presente sessão. Saudou o Agrupamento de Escolas pela parceria a quem deixou um agradecimento especial, assim como ao executivo municipal por toda a colaboração manifestada nesta ação. -----

Em 1 de junho, a Mesa recebeu um pedido da Associação 2000, hoje, aqui presente, a solicitar a participação nesta assembleia tendo a mesma sido aceite pois será uma mais-valia para todos “usufruímos” da informação existe sobre a mesma. -----

Em 15 de junho, reuniu a Comissão de Conferência de Representantes em que a ordem de trabalhos foi a apresentação da ata, apresentação de um curso de literacia política e cidadania, lembrando e reforçando que enquanto sócios da Associação Nacional das Assembleias Municipais podem e devem usufruir do *know how* existente na plataforma e, por isso, foi distribuído um código para que todos os membros possam usufruir de uma formação no espaço de um ano, de forma gratuita, sobre o curso referido. Informou, ainda, que está em elaboração o regulamento de transmissão das assembleias municipais e depois de analisada e discutida a proposta entenderam remetê-la à Comissão Nacional de Proteção de Dados e, posteriormente, seguir os seus tramites relacionados com o Código do Processo Administrativo e ser presente à assembleia para discussão e análise.

Em 20 de junho, esteve presente na Assembleia Intermunicipal da Cim Douro, como representante desta assembleia, juntamente com Rosa Marta, que se realizou em Tarouca. Apelou à consulta de todos os documentos que foram analisados que estão disponíveis na plataforma da Cim Douro. Disse que fez uma intervenção relacionada com a transferência de competências que têm acontecido na região. Um dos pontos da ordem do dia foi a lista de candidatos a membros do Secretariado Executivo Intermunicipal e no seguimento da aposentação do Dr. Domingos Carvas houve a necessidade de eleger um novo Conselho Executivo que depois de eleito foi constituído por João Manuel Rodrigues, Bernardete Sabrosa e João Miguel Santos. Disse que esta



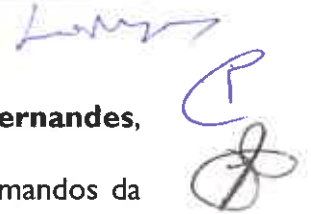
documentação e a sua intervenção estão disponíveis para quem tiver interesse em consultar. -----

Posto isto, uma vez que está presente na Assembleia a Associação 2000 e conforme solicitado, uma utente da Associação fez a apresentação da mesma e de seguida passaram um vídeo das várias atividades que desenvolvem. Foi também distribuído um inquérito que a Associação pede que todos preencham e façam chegar à mesa para depois devolver à Associação. -----

Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. ----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Marlene Fernandes, cumprimentou os presentes e o público que assiste online. Começou por enaltecer as comemorações do dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas, decorridas no concelho vizinho do Peso da Régua, no seguimento da eleição do Douro como Cidade Europeia do Vinho 2023. Eventos como este permitem mostrar ao mundo o que é esta região e o que de tão bom se faz neste território que é Património da Humanidade. Que possam, assim, existir estas e outras formas de manter o Interior nas luzes da ribalta de modo que não fique esquecido, sobretudo pelo governo central. Depois, questionou qual o ponto de situação do procedimento concursal e obtenção do visto do Tribunal de Contas para a requalificação das vias e, ainda, a colocação dos semáforos em Fontelo. Se bem se recorda estaria prevista, pelo menos, a sua colocação até ao final do ano transato, 2022, ainda que não entrassem logo em funcionamento. Por fim, disse que verificou no site do município que na minuta das deliberações da reunião ordinária do executivo, realizada em 26 de maio foi substituído o anterior representante do município no Conselho de Administração da PPP – Armamar Viva, S.A. e passou a ser, o senhor presidente da Câmara Municipal, o representante. Questionou qual o motivo que levou a esta substituição. -----



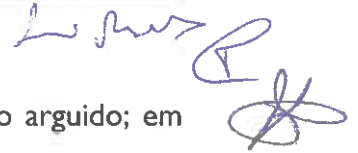
Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes, cumprimentou os presentes e fez a sua apresentação aos formadores e formandos da Associação 2000. Referiu-se às festividades de São João dizendo que a seu ver correram muito bem, havendo pequenos pormenores que precisam de ser afinados e que vêm de há muitos anos, apesar da insistência de muitos presidentes de junta e outras pessoas em corrigi-los. Um dos aspetos diz respeito à orientação das marchas. A seu ver tem haver mais respeito e coordenação para que não aconteçam tantas paragens e interrupções no percurso. Outro aspeto, é que após a exibição das marchas os marchantes deveriam ter direito a uma garrafa de água e, mais que não seja, um pão com manteiga. Isto porque muitos deles não jantam pois começam a preparação por volta das 16, 17h para que à noite brilhem e tornem a festa, ainda, mais vistosa. Quanto à procissão disse que correu muito bem, foi muito bonita e bem organizada. Todas as freguesias estão de parabéns porque trouxeram os seus padroeiros e fizeram com que a procissão brilhasse. -----

Rui Gaspar, cumprimentou os presentes e o público que acompanha a sessão via online. Dirigiu uma palavra à Associação 2000 pela apresentação efetuada e aquilo que mostraram é inclusão e participação cívica. Por isso, estão de parabéns e têm, certamente, o apoio de todos os presentes. Felicitou a iniciativa da Assembleia Municipal de Armamar que, em articulação com a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira, levaram a cabo a primeira sessão de Assembleia Municipal Jovem de Armamar. Esta iniciativa demonstrou que existem no concelho jovens ativos e com vontade de intervir e que estão atentos às necessidades de todo o território. Iniciativas deste género só fazem sentido se soubermos ouvir e agir no sentido de irmos ao encontro dos anseios e da resolução dos problemas deste grupo etário. Este é o futuro de Armamar e começa a ser construído hoje. Os jovens têm de sentir que estão próximos dos órgãos do poder político, que possuem competências para o exercício de




uma cidadania ativa e responsável e que os seus direitos são defendidos para, assim, não abdicarem dos seus deveres de cidadãos. Aproveitou para felicitar o Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira de Armamar porque esta consciência crítica e participação dos jovens na vida em sociedade não surge por acaso. Isto é fruto de um trabalho que vai para além dos currículos prescritos e que é trabalhado no dia a dia deste Agrupamento. Como tem sido visível ao longo dos anos, com a participação do Agrupamento em variadíssimos projetos e atividades que desenvolvem as competências dos jovens. Estes resultados não vêm nos rankings, nem nos números e como escreveu o presidente do Conselho Municipal de Educação, os rankings *“são uma medida unidimensional, apenas, obtida com uma questionável agregação de classificações, num número de disciplinas e a partir da qual se hierarquizam as escolas numa tabela que não traduz a complexidade dos processos educativos, nem informa como as realidades socioeconómicas e culturais se relacionam com os resultados obtidos pelos alunos”*, mas, mesmo assim, não sendo um adepto dos rankings felicitou o Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira de Armamar pelos resultados obtidos em todos os rankings, pois demonstram que este Agrupamento está no bom caminho. -----

António Lareiro, cumprimentou os presentes e, em particular, os membros da Associação 2000. Dirigindo-se ao presidente da Câmara Municipal referiu que desde 2019 somos surpreendidos com notícias em que autarcas e ex-autarcas do município são acusados de suspeita de corrupção, tráfico de influência e prevaricação de titular do cargo político. É certo que, considerando o princípio de presunção de inocência, toda a pessoa é considerada inocente, até ter sido condenada por sentença transitada em julgado da qual já não se pode recorrer. Dada a quantidade e gravidade destas acusações, as mesmas contribuem para denegrir a imagem do município. Em 2019, a acusação a Hernâni Almeida, ex-presidente da Câmara Municipal, na operação judicial “Rota final” por suspeita de corrupção e tráfico de influência na contratação de serviços



de transportes públicos à empresa Transdev, sendo o mesmo constituído arguido; em 2020, na operação judicial “Éter” no processo de investigação às lojas interativas do Turismo do Porto e Norte de Portugal, foi acusado e constituído arguido, por corrupção passiva e ativa e abuso de poder, o presidente da câmara municipal, João Paulo Fonseca; acerca de um mês, nova acusação, pelo crime de prevaricação de titular de cargo político no processo sobre parceria público-privada, a Hernâni Almeida, ex-presidente da Câmara Municipal. Segundo a acusação, este é acusado de ter permitido um prejuízo de cerca de 2.300.000,00 € ao município de Armamar pelo qual foi constituído arguido. Lembrou que quando foi aprovada, em Assembleia Municipal, a PPP Armamar Viva S.A., a CDU foi a única força política a votar contra por considerar que a mesma não servia os interesses do município, pelos encargos que a Câmara Municipal assumia, sendo uma tentativa de contornar a Lei da Contratação Pública e ser um negócio ruinoso para este município como, infelizmente, se veio a verificar. Pode-se, ainda, juntar a estes casos a possibilidade de o vereador António Silva vir a ser acusado e constituído arguido em processo relacionado com o seu trabalho autárquico como o próprio, recentemente, reconheceu na assembleia. Todos estes processos colocam Armamar na agência mediática, pelos piores motivos: corrupção, abuso de poder, tráfico de influência, etc. Pelos factos mencionados, colocou as seguintes questões ao presidente da Câmara Municipal: *“Trabalhando tantos anos como autarca, nunca reconheceu ou suspeitou que seguindo os métodos do trabalho autárquico do seu antecessor poderia ter estes problemas judiciais? Se confirmada acusação de que Hernâni Almeida ex-presidente da Câmara Municipal permitiu um prejuízo de 2.300.000,00 € a este município, o órgão executivo vai solicitar a renegociação da sua dívida nesta PPP? Quanto vão custar à Câmara Municipal, em termos financeiros, estes processos?”* Mudando de assunto referiu que se viveu num período de pandemia Covid-19 e, felizmente, foi ultrapassado. A Organização Mundial de Saúde já declarou o fim desta pandemia e o governo levantou as

medidas sanitárias que tinha decretado para combater a pandemia. No entanto, em Armamar, a repartição da Autoridade Tributária – Finanças, continua a atender o público por marcação telefónica antecipada, criando dificuldades às pessoas que necessitam destes serviços. Perguntou se não estará na hora de a Câmara Municipal se pronunciar sobre este comportamento, exigindo o seu normal funcionamento. -----

Presidente da junta de freguesia de Armamar, Afonso Gouveia, cumprimentou os presentes e dirigiu uma palavra especial à Associação 2000, uma associação que tem o apoio da junta de freguesia de Armamar e que acompanha de perto, pois a formação acontece nas instalações do edifício sede desta freguesia. Mostrou-se disponível para continuar a colaborar com a associação em tudo o que necessitarem da freguesia de Armamar. Destacou, ainda, o trabalho da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso enquanto entidade parceira desta Associação. Mudando de assunto, referiu que, enquanto presidente de junta sente alguma tristeza por não ter tido conhecimento da realização da prova de ciclismo do JN. Não sabe de quem é a responsabilidade e entende que o senhor presidente da Câmara Municipal tem outras tarefas para desenvolver e não tem de estar preocupado com a transmissão deste tipo de informação. Por isso, pediu que no futuro tenham isso em conta, até pela questão de poderem e saberem informar quem os questiona. Ainda na área do ciclismo felicitou o atleta José Henrique Peixoto, pelo título de campeão mundial de Duatlo Cross, realizado em Ibiza, levando assim bem alto e longe o nome de Armamar e Portugal. O referido atleta conta com o patrocínio da freguesia de Armamar e é um orgulho ouvir que um atleta do concelho atinge um patamar tão elevado. Felicitou o Agrupamento de Escolas pela qualidade da apresentação da peça de teatro que decorreu na praça 25 de abril, no final do ano letivo. Foi um grande momento e podem muito bem desempenhar este serviço fora de portas pois não irão ficar mal. Endereçou uma palavra de apreço à Universidade Sénior de Armamar, pelas atividades apresentadas no VIII Fórum da USA. Manifestou orgulho

pelas festividades em honra de São João, que a seu ver estiveram num patamar de excelência. Todos puderam comprovar que o largo da praça 25 de abril é um espaço excelente para estas festividades e, pela primeira vez, esteve completamente lotado com a presença de pessoas de variadíssimos lugares. Espera que de futuro possa servir para eventos semelhantes ou de outro patamar. Questionou o presidente da Câmara Municipal, no sentido de saber o ponto de situação da construção do novo Centro de Saúde. -----

Sara Gouveia, cumprimentou os presentes e os que acompanham esta sessão via online, assim como, todos os presentes associados à Associação 2000, dizendo que foi um gosto assistir à apresentação efetuada. Parabenizou o trabalho que desenvolvem e a linha de ação. Por coincidência, hoje, a sua intervenção é, precisamente, sobre inclusão. Sabe-se que a Associação 2000 já apresenta resposta a um grupo significativo de pessoas com essa necessidade, contudo, há um nicho que são aqueles jovens com deficiência mais profunda e, totalmente, dependentes para a qual não há qualquer tipo de resposta. Dirigindo-se ao presidente da Câmara Municipal referiu que é sabido que está pensada, para o concelho, uma resposta para as pessoas com grau de deficiência que incapacita uma vida normal e, por consequência, frequentar o sistema de ensino regular. Urge prestar apoio a estes jovens e adultos com incapacidades que ficam sem alternativas, quando por limite de idade têm de abandonar o sistema de ensino escolar. Precisamos efetivamente de um Centro de Atividades Ocupacionais, com um conjunto de respostas terapêuticas que proporcionem às pessoas com deficiência mental grave e profunda a maximização da sua qualidade de vida. Este ano, são três, os meninos visados com a falta de resposta social que lhes garanta inclusão à medida das necessidades tão especiais e particulares que cada um terá. “*Quantos já foram e quantos virão a ficar na mesma situação?*” Dependentes da retaguarda familiar, do esforço e sacrifício de quem condiciona tudo para se dedicar a ser cuidador 24 sobre 24 horas, com a pressão e a

força do cansaço que não é benéfico para nenhuma das partes. Precisamos, urgentemente, de uma solução que traga dignidade ao futuro destes jovens e de uma resposta que tranquilize estas famílias. São questões muito sensíveis, por isso, solicitou o esclarecimento do senhor presidente da Câmara Municipal, na medida do possível, na expectativa que tenha boas notícias que possam aliviar as preocupações avassaladoras que cada família, certamente, sentirá. -----

Rosa Marta, cumprimentou os presentes e começou por referir que foi com enorme honra que tivemos, no passado dia de São João, o Cónego Joaquim Proença Dionísio a presidir à Eucaristia. Aproveitou a oportunidade para o parabenizar, pela nomeação, no dia 26 de maio, pelo Papa Francisco a bispo auxiliar da Diocese do Porto, passando a ser um adjunto do Bispo D. Manuel Linda. Nascido na freguesia de Cimbres, primo do presidente da Assembleia Municipal, foi ordenado sacerdote na catedral de Lamego, em julho de 1993. Enquanto sacerdote desempenhou várias missões como pároco, foi capelão das Comunidades de Línguas Portuguesas na Alemanha e na França, professor no Seminário Maior de Lamego e no Instituto Superior de Tecnologia de Viseu. Diretor do Seminário Diocesano Voz de Lamego, diretor da Comissão Diocesana para as vocações e ministérios, diretor pedagógico e diretor da Escola Profissional de Lamego, diretor do Centro de Estudos Fé e Cultura para a formação de agentes da pastoral. Possui mestrado em Teologia Dogmática pela Faculdade de Teologia de Ciências Religiosas em Paris e de 2013 a 2020 foi reitor do seminário Maior de Lamego. De 2020 até ao presente é reitor do Santuário da Nossa Senhora da Lapa e pároco no município de Sernancelhe. A seu ver, um autêntico servidor. A ordenação episcopal vai ser celebrada a 16 de julho na Sé de Lamego. Deixa os seus votos de sucesso para essa nova etapa da sua vida. -----

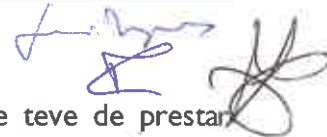
Presidente da câmara municipal, cumprimentou os presentes e dirigiu um cumprimento especial à Associação 2000, aos seus utentes e responsáveis. Deixou uma



palavra de apreço e agradecimento por todo o trabalho que têm desenvolvido, não só, no concelho de Armamar, mas também noutros. Disse que o município está com este projeto desde o início e, ano após ano, tem aumentado o contributo pois a A2000 é uma associação de grande importância para o concelho. Em relação às intervenções efetuadas e começando por a de Marlene Fernandes corroborou do que foi dito em relação às comemorações do dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas que se realizaram na cidade do Peso da Régua. Embora tenham sido realizadas naquela cidade, envolveram todo o território da Cim Douro e o que pesou na decisão do senhor Presidente da República em escolher o Douro para estas comemorações teve muito a ver com a Cidade Europeia do Vinho 2023. Foi um grande momento para a região promover, projetar e chamar à atenção para as dificuldades que existem no território. O senhor Presidente da República fez questão de, no seu discurso, vincar isso mesmo. Quanto ao procedimento concursal das vias municipais e visto do Tribunal de Contas referiu que como é sabido este visto foi reprovado, na altura, porque não reunia as condições e o procedimento concursal teve de ser anulado. Entretanto, vai haver uma alteração ao projeto, uma vez que no inicial estavam contemplados cerca de 2,3 km que ligavam a ponte da Comenda ao Barracão e que, entretanto, foram intervencionados pela Infraestruturas de Portugal. Essa alteração está a ser feita para se lançar novo concurso público e apresentar à Assembleia Municipal o pedido de autorização do empréstimo que é fundamental para execução destas obras. No que respeita aos semáforos de Fontelo referiu que o município lançou o concurso e foi adjudicado, entretanto, pediu-se autorização à Infraestruturas de Portugal para a colocação desse mecanismo, uma vez que aquele troço, ainda, faz parte daquele que não foi desclassificado para estrada municipal. Até à data não se obteve qualquer resposta da IP e, por isso, tomou-se uma decisão com base num despacho do senhor secretário de estado das infraestruturas que diz que mesmo sendo estradas nacionais, desde que



atravesse aglomerados urbanos, elas passam a ter a natureza de municipais e, assim sendo, vai-se avançar para a colocação dos semáforos. Entretanto, como o prazo do concurso para execução era de noventa dias, os mesmo já decorreram e houve necessidade de fazer novo procedimento que já está em marcha. Quanto à substituição do representante do município na PPP, referiu que mesmo teve a ver com o pedido de suspensão do anterior representante, Hernâni Almeida. Em relação à intervenção do presidente de junta de freguesia de São Martinho das Chãs concordou que as festas de São João foram de grandíssima qualidade. Aproveitou para dar os parabéns e agradecer o empenho de todos os participantes nas marchas e todos aqueles que trabalham meses a fio para se apresentarem ao mais alto nível. Com certeza que há sempre algumas falhas e todos os reparos são bem-vindos pois a pretensão é melhorar. Em relação à procissão solene de São João, é evidente que a presença das freguesias e dos seus padroeiros é que engrandecem esse momento. Assim agradeceu a todos os presidentes de junta que se associaram e trouxeram os seus padroeiros a esta procissão. No que respeita à intervenção de Rui Gaspar disse que já teve oportunidade de felicitar o presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa da Assembleia Municipal Jovem. Foi uma boa experiência e é fundamental que se possa trazer os jovens à política e perceber aquilo que são as suas sensibilidades e o que pensam, não só, do presente, mas para o futuro do concelho. Quanto à intervenção de António Lareiro e quando este diz que Armamar está sempre na ribalta das notícias pelos piores motivos, pelas acusações aos autarcas, por corrupção e prevaricação referiu que, sobre a referência a 2019, da “Rota final” da Transdev, nada tem a dizer pois trata-se de um processo onde é acusado o ex-presidente da Câmara Municipal de Armamar que nada tem a ver com o município porque não foi acusado pelo exercício das funções enquanto presidente de câmara. Em relação a 2020 e à operação “Eter”, das lojas interativas de turismo, na qual é arguido disse que não está nada preocupado, pois deve ser o processo do país onde há mais



arguidos. Disse que colaborou com a justiça quando o chamaram e teve de prestar depoimento e até à data não voltou a ser chamado ao processo nem se verificou andamento do processo. Disse-se de consciência tranquila quanto às decisões que tomou que foram as mesmas de mais oitenta e sete ou noventa e um autarcas. É um processo que não deve preocupar o município porque não houve qualquer tipo de prejuízo, muito pelo contrário, naquilo que foi a implementação das lojas interativas de Turismo. Quanto à situação da PPP e ao que saiu nas notícias da acusação ao ex-presidente da Câmara Municipal de Armamar disse que a acusação do Ministério Público não tem a ver com PPP, em si, mas com todo o processo de criação da mesma. A justiça fará o seu trabalho e até prova em contrário há a presunção de inocência. O município foi notificado na qualidade de lesado para se pronunciar no processo e o que a acusação propõe é que haja a reposição de um valor de 2.300.000,00 €, que considera um disparate porque a obra existe. A Câmara Municipal, em reunião de executivo decidiu ir ao processo dizer que se porventura existisse uma condenação o município queria ser ressarcido desse valor. Quanto à questão relacionada com os custos financeiros referiu que a câmara vai suportar as custas judiciais de ir ao processo dizer que se houver condenação quer ser ressarcida do valor em causa. Em relação à possibilidade de o senhor vereador António Silva vir a ser arguido é o senhor deputado a fazer futurologias e não tem de responder sobre isso. No que respeita à repartição e finanças e à forma de atendimento da Autoridade Tributária referiu que esse não é um problema de Armamar mas sim do país, de acordo com orientações do senhor Ministro das Finanças ou da diretora Geral do Tesouro. Contudo, concorda que se faça chegar a quem de direito a posição do município, pois é de opinião que, neste momento, já não se justifica esse tipo de atendimento. Quanto à intervenção do presidente de junta da freguesia de Armamar e em relação ao ciclismo assumiu que houve falhas de comunicação e informação, alguma com responsabilidade do município, outra da



entidade organizadora porque fez chegar tardiamente alguma informação. Parabenizou, também, José Peixoto pelo feito conseguido no Campeonato do Mundo de Duetlo. Em relação ao espetáculo de final de ano do Agrupamento de Escolas disse que por motivos de agenda não pode estar presente mas foi-lhe reportada a qualidade e excelência do mesmo e registou com agrado esta abertura do Agrupamento à sociedade civil ao mostrar o que de muito bom se faz na escola. Deu, ainda, os parabéns à Universidade Sénior de Armamar pela realização do Fórum. Quanto à situação do novo Centro de Saúde informou que o aviso para a construção do mesmo já saiu, em termos do PRR e a data-limite para as candidaturas é 21 de agosto, deste ano. O município já adjudicou quer o estudo prévio, quer o projeto de execução e lançou o procedimento, estando, assim, reunidas as condições para se avançar com a candidatura. No que respeita à intervenção de Sara Gouveia e quanto à resposta para os jovens e adultos com deficiência profunda fez saber que o município tem tentado encontrar ao longo destes anos algumas soluções nos municípios vizinhos. É uma situação que “nos” preocupa e, por isso, o município em colaboração com a Fundação Gaspar Manuel Cardoso avançaram com uma candidatura para o CASSI e Lar Residencial. Uma parte é financiada pelo programa PARES e outra pelo PRR. Já foi lançado um primeiro procedimento para a adjudicação da obra que, entretanto, por força desta oscilação dos preços de construção ficou deserto, mas sabe que está a terminar o prazo de reclamação desse concurso e já foi efetuada, por parte da Fundação, a retificação e atualização da estimativa orçamental da obra e julga que haverá condições de, até final de agosto, lançar a obra, cujo prazo de execução será de dezasseis meses. Entretanto, para aqueles que não têm essa resposta, no imediato, o município está disponível para em conjunto com os pais encontrar soluções. Em relação à intervenção de Rosa Marta congratulou-se também com a nomeação do Cónego Joaquim Dionísio para bispo auxiliar do Porto. Quem o conhece, reconhece-lhe qualidades mais que suficientes para exercer esse

cargo e ter sucesso. Para o concelho é um orgulho porque é a primeira vez que é nomeado um bispo natural do concelho de Armamar. Desejou-lhe os maiores sucessos neste novo desafio da sua vida. -----

Vereador António Silva, cumprimentou os presentes e como o seu nome foi citado pediu a António Lareiro para voltar a ler a declaração que fez em relação à sua pessoa pois não fixou tudo o que este disse. -----

António Lareiro, recordou o senhor vereador António Silva que na última sessão de Assembleia Municipal, este, admitiu que o município teve a visita da polícia judiciária e deu a ideia que podia ser acusado, tanto que, levantou a hipótese de indicar testemunhas. Disse que ficou com a ideia que já seria acusado ou arguido e questionou-o nesse sentido ao que respondeu que não. Hoje, na sua intervenção referiu que a juntar aos casos que mencionou havia a possibilidade de o senhor vereador António Silva vir a ser acusado e constituído arguido em processo relacionado com o seu trabalho autárquico, como o próprio, recentemente, reconheceu na assembleia. Em relação à intervenção do senhor presidente sobre a repartição de finanças disse saber que é um problema nacional mas nada impede que se “levante a voz” para dizer que assim não está bem é necessário tornar pública essa posição. -----

Vereador António Silva, relativamente ao que foi dito referiu que, ainda, não conhece acusação alguma e tem de aguardar por aquilo que o Ministério Público o venha a envolver nas suas funções. Disse, mais uma vez, que dentro das suas funções gostava de ouvir o seu nome ser citado pela forma como defende o município, por exemplo, na utilização do carro e outras situações. Isto para dizer que se empenha em defender, sempre, os interesses do município pois foi para isso que foi eleito. Esclareceu que foi questionado sobre o procedimento da recolha de resíduos e respondeu a todas as questões que lhe foram colocadas. Por ter responsabilidades, quer no pelouro do ambiente, quer financeiro foi envolvido nesse processo mas disse ter a certeza que não



vai envergonhar os armamarenses pelo que fez. Por isso, é que, na assembleia anterior, disse que se fosse necessário arrolar testemunhas ia indicar os colegas do executivo, incluindo os vereadores da oposição porque eles sabem que com seis meses de antecedência empenhou-se e trocou informações por e-mail com o serviço responsável e procurou que o procedimento fosse feito atempadamente. Como isso não veio a acontecer o contrato foi prorrogado, na defesa do interesse e da saúde públicos, continuando a recolha a ser feita até o procedimento ter sido realizado. Dessa prorrogação do contrato resultou que o município pagasse cerca de 700,00 € a menos, por mês, em relação ao contrato anterior e não vê que prejuízo possa ter causado ao município. Quando chegou a altura de pagar pelo serviço prestado, também, foi envolvido porque, por delegação de poderes é quem autoriza a maioria dos pagamentos e quando o Tribunal mandou a sentença para se pagarem os 14 meses correspondentes ao período em que não havia contrato, autorizou esses pagamentos. É este o motivo pelo qual está envolvido no processo. Disse não ter vergonha, nem estar arrependido da decisão que tomou e de consciência tranquila. Enquanto o senhor presidente da câmara assim o entender irá desempenhar as suas funções, apesar de se achar injustiçado com toda esta situação. -----

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

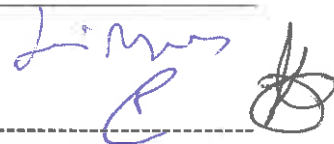
Não se registaram inscrições. -----

Intervalo -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às onze horas e trinta minutos e comunicou que continuam ausentes Paulo Tolda, Luís Silva e o presidente da união das freguesias de São Romão e Santiago, Dinis Branquinho. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo I à

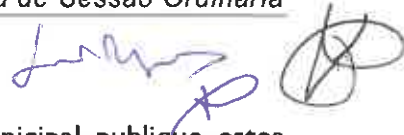


ata) -----

O **presidente da câmara municipal**, uma vez que a informação foi distribuída por todos quis, apenas, acrescentar duas atividades que não foram promovidas pelo município, dizendo que no dia 25 esteve presente na cerimónia de entrega dos troféus às duas equipas do Armamar Futsal Clube, de “Juniões D” que se sagraram campeões distritais na modalidade de Futsal e aos “Juniões C” que ganharam a taça de ouro da Associação de Futebol de Viseu. Endereçou os parabéns a todo o staff, desde os diretores, aos treinadores, atletas e pais. Aproveitou, também, este momento para informar a Assembleia Municipal que no próximo dia 6 de julho serão inauguradas as obras de requalificação do edifício das Adega Cooperativa de Armamar, onde irá funcionar o Centro Interpretativo da Mulher Duriense, cujo cerimónia será às 18h, pelo que convidou todos os membros da assembleia a estar presentes. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

António Lareiro, referiu que se realizou há poucos dias o evento da recriação histórica do Conde de Armamar. Independentemente da opinião e interpretação histórica desta figura, reconhece que foi realizada uma investigação e estudo histórico sobre esta pessoa que veio a contribuir para um melhor conhecimento da história local e nacional. Pelo que teve oportunidade de ver, o senhor padre Artur Mergulhão, fez um excelente trabalho. Seria importante que após a realização desta investigação a Câmara Municipal não se ficasse só pelo registo deste trabalho mas o publicasse, permitindo que mais pessoas tivessem conhecimento da “nossa” história. Felizmente, não existem apenas, más notícias sobre Armamar, pois verificam-se algumas positivas, como é o caso do levantamento que a Câmara Municipal está a executar sobre o património do local para a elaboração da Carta do Património e Carta Arqueológica do concelho. Considera este trabalho uma autêntica pedrada no charco em termos culturais do município. É um trabalho que estava por fazer e, felizmente, está a ser realizado. Espera que após a sua



realização e o registo do património encontrado a Câmara Municipal publique estes trabalhos, dando a conhecer o património local, contribuindo para o aumento de interesse deste tema em futuras investigações. Durante a exposição que o senhor padre Artur Mergulhão realizou sobre o Conde de Armamar referiu-se à capela da Nossa Senhora da Conceição, que se encontra abandonada e, completamente, degradada e que foi recuperada por iniciativa e apoio da junta de freguesia de Armamar, da Câmara Municipal e população de Armamar. Neste momento, existe um problema grave nesta capela que o senhor padre Artur Mergulhão não mencionou. O edifício ao lado da capela fazia parte da mesma e ambos já foram propriedade da Câmara Municipal mas, atualmente, encontra-se degradado. Ano, após ano as humidades vão-se infiltrando e hoje já atingiram a capela da Nossa Senhora da Conceição. Verifica-se que existem azulejos que se desfazem devido à humidade. Se não houver uma intervenção a curto ou a médio prazo vão surgir problemas graves na capela o que será lamentável dado o seu valor histórico e religioso para Armamar. Na referida exposição do senhor padre Artur Mergulhão, segundo a sua opinião, possivelmente, os aposentos do Conde de Armamar iriam desde o início da rua Cândido dos Reis, onde se encontra o brasão, até à capela e a casa que mencionou. Perguntou se, dado o interesse histórico deste imóvel, que está degradado e a colocar em perigo o estado da capela da Nossa Senhora da Conceição, a Câmara Municipal não vê a possibilidade de o readquirir para o recuperar e nele instalar um Museu Etnográfico onde se recriassem as oficinas dos artesãos que existiam no concelho, como por exemplo: alfaiates, latoeiros, ferreiros, serradores, cesteiros, tanoeiros e carpinteiros que, infelizmente, já não existem ou estão a desaparecer. Recuperava-se, assim, um imóvel de interesse público e utensílios pois, se não forem tomadas medidas de recolha, perder-se-á parte da “nossa” identidade e da memória coletiva. Com estas obras de reparação, Armamar ganharia um novo espaço de interesse histórico e turístico, salvaguardaria a conservação da capela da Nossa Senhora

da Conceição e contribua para melhorar o embelezamento da vila de Armamar. Referiu-se à minuta das deliberações da Câmara Municipal, de 15 de maio de 2023, citando um assunto que foi presente a essa reunião - “*Empreitada de obras públicas – Construção do pavilhão gimnodesportivo de Armamar – Erros e Omissões*”, pedindo esclarecimentos sobre os mesmos. -----

Presidente da Câmara Municipal, congratulou-se, também, com o que foi o momento da “Recriação histórica” e com certeza que todos “*aprendemos*” mais sobre o que foi a vida e intervenção do Conde de Armamar em termos históricos. Agradeceu ao padre Artur Mergulhão o trabalho de recolha que fez e julga que será possível partilhá-lo, numa publicação escrita ou nas redes de comunicação do município, pois considera de extrema importância que essa recolha histórica esteja à disposição de todos. Em relação ao levantamento do património e ao trabalho que está a ser feito pelo arqueólogo disse que já está prevista a publicação de todo esse trabalho, pois fazia parte do procedimento de aquisição do serviço, no final, avançar-se para a publicação do mesmo. No que respeita à capela da Nossa Senhora da Conceição e à casa degradada que é contígua à mesma, se está abandonada e sem telhado é natural que haja algumas infiltrações e humidades que possam estar a danificar a capela que foi alvo de restauro há algum tempo, mas terá de se verificar se há interesse, ou não, da parte do município adquirir-la ou notificar o proprietário do imóvel para proceder aos trabalhos necessários para evitar essas infiltrações. Fica o registo da sugestão que António Lareiro para o fim a dar aquele espaço. Em relação à deliberação da Câmara Municipal de 15 de maio de 2023 explicou que tem a ver com erros e omissões na empreitada de construção do pavilhão gimnodesportivo e são situações normais em obras de grande envergadura. Há sempre situações que só são detetadas em obra, outras deviam ser detetadas em fase de projeto, mas para melhor entendimento pode fazer chegar ao senhor presidente da assembleia os relatórios que têm a ver com estes erros e omissões. Alguns, e de acordo

com a Lei, são suportados pelo município, outros serão imputáveis ao empreiteiro porque em sede de concurso e apresentação de propostas, como estavam em projeto, caberia ao empreiteiro, nessa fase, vir reclamar deles. Outros, provavelmente, serão imputados ao autor do projeto porque há situações que confrontando o projeto de arquitetura com as especialidades deviam estar previstos e não estão. Disse não ter no momento de forma detalhada estas referências mas comprometeu-se em enviar os relatórios dos erros e omissões ao senhor presidente da assembleia e ele fará essa distribuição pelos membros da assembleia. -----

2) Ata da sessão de 25 de abril de 2023 -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão. -

3) Contrato interadministrativo de delegação de competências com a junta de freguesia de Santa Cruz (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

Presidente da Câmara Municipal referiu que, por iniciativa da junta de freguesia de Santa Cruz, foi proposto ao município que pudesse ser redigido este contrato interadministrativo de delegação de competências para procederem à requalificação do acesso, desde o cemitério até à zona contígua à Igreja da freguesia. A competência da qualificação das vias municipais é do município, mas em sede de Plano e Orçamento não existe nenhuma rubrica para esse fim, há uma genérica de apoio às freguesias e, nesse sentido, entendeu-se celebrar este contrato interadministrativo com a freguesia de Santa Cruz. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções. -----

4) Acordo da assembleia geral da aprovação de participação na associação europeia de cooperação territorial ibérica de municípios ribeirinhos do Douro (cuja cópia passou a constituir o anexo III à ata) -----

Presidente da Câmara Municipal fez um breve enquadramento sobre o assunto,  

dizendo que o município de Armamar é associado da Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro, há alguns anos, e em termos de acesso a fundos comunitários é necessário que a Associação possa ter participação na Associação Europeia de Cooperação Territorial porque tem perdido alguns fundos por não ter esse estatuto para desenvolver projetos em toda a extensão dos territórios que são associados. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções. -----

5) Moção apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

António Lareiro, passou a ler a Moção da CDU: -----

“A Revolução do 25 de Abril é um marco maior na história de Portugal, uma realização da vontade do povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação social, de soberania e independência nacional. Desencadeada pelo heroico levantamento do Movimento das Forças Armadas, logo seguido pelo levantamento popular, a Revolução de Abril pôs fim à ditadura fascista e à guerra colonial, devolvendo a liberdade ao povo português, abriu o caminho para a construção de um Portugal democrático, desenvolvido, de paz e progresso, concretizando sonhos e objetivos pelos quais sucessivas gerações lutaram durante quase meio século. Foi o papel que o Poder Local teve logo após a Revolução, com a concretização de profundas transformações sociais, nos territórios e na democratização da vida local, que levou a que a Lei o reconhecesse com a emanação da vontade popular. O poder local democrático é uma conquista da Revolução de Abril, um dos traços caracterizadores do nosso regime democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa. Os anos da ditadura fascista constituíram um dos períodos mais sombrios da história de Portugal, com um histórico de perseguições, prisões, torturas, assassinatos, de corrupção como política de Estado, de miséria, pobreza e analfabetismo generalizado. Infelizmente, ainda, existem no nosso município placas

toponímicas em avenidas e ruas com nomes de alguns dos grandes responsáveis por esses 48 anos de ditadura. Considerando esta situação vergonhosa para o nosso município e o importante momento que constituiu a comemoração do 50.º aniversário do 25 de Abril, a CDU (Coligação Democrática Unitária), manifestando a vontade esmagadora do nosso povo, propõe:

1.º A criação de um grupo de trabalho que apresente até à realização da última sessão ordinária desta Assembleia Municipal, a decorrer no corrente ano, nomes alternativos aos nomes em causa, para serem apreciados votados e na sessão. -----

2.º Que este grupo de trabalho seja composto por: -----

- a) Os membros da Mesa da Assembleia Municipal; -----
- b) Um membro de cada força política presentes nesta Assembleia Municipal; -----
- c) Os senhores presidentes das Juntas de freguesia de Armamar e União das Freguesias de Vila Seca e Santo Adrião.” -----

Disse, ainda, que julga que ninguém se sente honrado por ter na sua terra nomes que a história conhece pelos piores motivos e a melhor forma de se comemorar os 50 anos do 25 de Abril é aprofundar e dar continuidade ao grande sentido que foi este dia, a democratização da vida portuguesa. -----

Sara Gouveia, em relação a este assunto, e em forma de contextualizar, referiu que são vinte e dois os concelhos portugueses onde há ruas com o nome de António Oliveira de Salazar, segundo a base de dados dos CTT. Foi este levantamento que motivou Luís Soto Maior Braga, professor de História, a promover uma petição designada “retirar Salazar do nome de rua”. Na verdade, Armamar está nessa listagem, de modo que aproveita para questionar o executivo se foi notificado no sentido desta petição e se lhes foi solicitado um debate público, junto da população e dos órgãos autárquicos, tendo em vista a remoção urgente de tal designação na via pública. Passando à “Moção” apresentada pela CDU, enquanto representante do seu grupo parlamentar passou a ler: -----

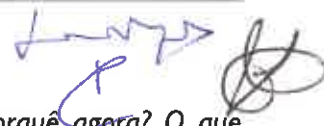
“Em primeiro lugar, a história não se apaga, que se goste, ou não, faz parte da nossa identidade e há uma linha muito ténue entre o que é democratizar os nomes das ruas e apagar a nossa história e não somos de todo a favor dessa ousadia e, ainda, menos de fomentar extremismos. Para nós, esta proposta em nada resolve os problemas reais da sociedade, do país e, em particular, do município. A memória da ditadura não é, certamente, a mais bonita mas tenhamos grandeza. Podemos não gostar, mas Salazar pertence à nossa história. E será que retirar o nome dos lugares públicos altera a carga emocional de quem vivenciou a data? Altera a visão dos jovens que estão a conhecer pela primeira vez a nossa história? Vamos também apagar dos manuais escolares Salazar, Hitler, Mussolini, Estaline, Franco, Chaves? Vamos banir Auschwitz, o autêntico símbolo do horror, do ódio, o maior símbolo do holocausto? Tudo isto, faz parte daquilo que é a essência, a autenticidade dos altos e baixos da nossa história. Respeitamos o vosso trabalho e respeitamos ainda mais quando mencionam que é a vontade esmagadora do nosso povo. Mas, será efetivamente? Há algum levantamento nesse sentido que esta Assembleia desconheça?” -----

Presidente da junta de freguesia de Armamar, Afonso Gouveia, com todo o respeito pela “Moção da CDU”, como sugerem na mesma que do grupo de trabalho faça parte o presidente da junta de freguesia de Armamar veio intervir e começou por dizer que as palavras de Sara Gouveia foram esclarecedoras quanto ao significado deste tema na história. António Lareiro na sua primeira intervenção referiu-se à história relacionada com o Conde de Armamar e, nesse sentido, pergunta se têm noção da história desta figura. Vêm defender a história de uma pessoa que tem um passado idêntico ao de Salazar e depois quererem retirar o nome da Av. Oliveira Salazar, em Armamar. Disse que, na qualidade de armamarense, desde o seu nascimento não tem conhecimento de que os armamarenses sejam contra esse nome e nunca foi abordado nesse sentido. Observou que a Av. Oliveira Salazar, em Armamar, vai desde o início da ponte, até à rotunda das Moses, pelo que pergunta de que forma se vão colmatar os



constrangimentos de cerca de setenta fogos, assim como lojas comerciais, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, a empresa Galp, uma instituição de Solidariedade Social, Centro de Saúde, no que respeita à morada fiscal, a partir do momento em que se altere o nome da rua. Enquanto armamarense não concorda que se apague a história e, por isso vai votar contra. Perguntou, ainda, a António Lareiro tendo este sido deputado da Assembleia Municipal e presidente da junta de freguesia de Armamar durante tantos anos o porquê de nunca terem tomado essa iniciativa. -----

Presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, José António Guedes, cumprimentou os presentes e todos os que acompanham esta sessão via online. Referiu que tem como certo que o eixo de uma boa governação em qualquer nível de poder e, nomeadamente, a nível local, depende quase tanto da competência de quem governa, como da qualidade e eficácia da oposição que enfrenta nos vários órgãos do poder e que tem como missão fundamental apontar falhas, soluções diversas e alternativas às opções dos executivos em funções. Temos, hoje, perante nós uma proposta travestida de “Moção da CDU”, que constitui, para si, o espelho que tem sido a oposição ao executivo do PPD/PSD.CDS-PP, nos últimos anos. Uma proposta oca, vazia, profundamente ideológica, bafienta e que mais parece uma encomenda de um qualquer comité central do que a preocupação com o desenvolvimento e progresso do concelho. E que proposta é essa? Nem mais, nem menos, que a fórmula mágica da CDU para resolver de vez todos os problemas do município. Quando se esperaria que a CDU questionasse o executivo sobre, por exemplo, a gestão dos recursos hídricos, ou sobre a rede de saneamento básico, ou gestão do território, a rede viária, ou, ainda, sobre as linhas gerais de revisão do PDM, ou talvez, sobre o modelo de desenvolvimento do concelho, ou sobre a política de ambiente. O que apresenta a CDU? Uma proposta de mudança do nome de ruas, em Vila Seca e Armamar. Conclusão, em Armamar, o problema maior são duas ou três placas. Citou: “*Que dama, que luxo, fiquei admirado!*”



Para quê ressuscitar um ditadorzeco, morto e enterrado desde 1970? Porque agora? O que lucra o concelho com esta discussão? Não diz o nosso povo que quanto mais se mexe na porcaria mais ela cheira mal. Pensando melhor, tudo se torna mais claro e tem sentido. Quem mais, que não a CDU, para falar de ditadores e ditaduras? É a sua especialidade. Quantos países governa o partido comunista onde tivesse conquistado o poder de forma democrática? Confesso a minha ignorância. Falando em concreto da “Moção” desde já quero deixar claro que não gosto de ditadores, de nenhum ditador, de qualquer raça, credo, cor, ideologia, sexo. Não gosto de ditadores impostos, nem tão pouco ditadores eleitos. Não gosto e pronto. Não reconheço à CDU a autoridade moral para questionar o nome de um ditadorzeco, morto e enterrado desde 1970, com o nome escrito numa placa de uma localidade desde 1950. Foi uma escolha legítima nossa e exigimos que seja respeitada. É o nome de um ditador anticomunista? Se calhar é. Mas, não é menos verdade que comparado com outros, de outros tempos, ou da atualidade, esse ditadorzeco com o nome numa placa de freguesia que represento, não passou de um menino de coro. Um ditador a sério, mata milhões do seu povo, envenena, invade, fabrica armas atômicas, ameaça, faz acordos com o maior assassino da história, trucidou o seu povo com tanques, envia milhões para férias na Sibéria, ganha eleições com 99% dos votos, ou mais. Isso, sim, são ditadores a sério. Tão a sério como aqueles que democraticamente não aceitam as decisões democráticas dos outros. Fala a “Moção da CDU” do 25 de abril ser um marco maior da história em Portugal. Que história? Da de todos nós, ou da CDU? Da que querem apagar? Então os marcos da história de todos nós? O 1.º de dezembro, aí, sim jogava-se a independência do país. O 5 de outubro, não de 1910, mas de 1143, em que nascia um país, em Zamora, o nosso. Fala a “Moção da CDU” em heroico levantamento das Forças Armadas, mas o MFA, de início, de heroico teve pouco. E quanto ao levantamento popular, rapidamente se viu qual era o seu desígnio e objetivo. Fala a “Moção da CDU” em ditadura fascista e dos anos mais sombrios da História de Portugal. Sombrios foram os anos de 1910 a 1926 em que houve oito presidentes, quarenta e quatro governos, 21



revoluções, vários assassinatos, o custo de vida aumentado vinte e cinco vezes, a moeda desvalorizada 33%, perseguições da Igreja pelos Maçons anticlericais, destruição de património, atentados terroristas generalizados. Entre 1920 e 1925, só em Lisboa, explodiram trezentas e vinte e cinco bombas. Foi isso que levou ao levantamento militar de 1926 para acabar com o clima de terror e violência que se vivia no país e levou Salazar ao Governo. Foi o caos quem construiu o regime autoritário como sempre acontece. Este sim, foi um período mais que sombrio. Foi um período negro da nossa história recente. A mesma “Moção”, fala em situações vergonhosas para o município. Vergonhosas porquê? Porque o diz a CDU? Então não é mais vergonhoso para a CDU, em 1958, não ter apoiado o general Humberto Delgado, candidato “Coca Cola”, designado assim pelo partido comunista e assim, indiretamente, ter apoiado o regime que agora chama de vergonhoso? Estávamos em plena Guerra Fria e era preciso obedecer à voz do dono. Isso, sim, é vergonhoso. Se é para viver de joelhos e cabeça baixa, então só é preciso coluna vertebral e podemos dispensar o cérebro. Fala a “Moção da CDU” em outros nomes. Que nomes? Otelio Saraiva de Carvalho? Herói de abril e assassino condenado a dezassete anos de prisão. Vasco Gonçalves? Que quase conduziu o país a uma guerra fratricida em nome da conquista democrática do poder pelo partido comunista. Ou referir Humberto Delgado que até 1952 foi um acérrimo defensor de Salazar e um confesso admirador de Hitler. É só escolher. Por fim, propõe a CDU um grupo de trabalho para indicar nomes para serem apreciados e votados pela Assembleia Municipal. Ao abrigo de que Lei? A competência de indicar nomes é das freguesias dos municípios, Lei n.º 75/2013, artigo 16.º e 33.º, e não da Assembleia Municipal. Porque não fez proposta, a CDU, quando era executivo, em Armamar. Porquê, só agora? Puro oportunismo político. Pontos para uma rifa, a que dizemos não. Não contem comigo para encenar uma farsa. Esteja onde estiver, o ditadorzeco está, neste momento, muito agradecido à CDU por lembrar o seu nome. O nome de alguém que fez parte da História de Portugal. Ou pretendem também mudar isso à velha maneira Soviética? Mas que ninguém recorda que está morto e enterrado mas que pelos vistos, ainda,

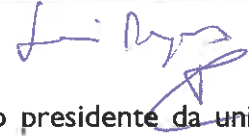


mete medo à CDU. Até parece que em vez dos comunistas comerem criancinhas é o fantasma de Salazar e das suas placas que vai comer comunistas. Que medo!” -----

Américo Moreira, disse não quer ser juiz sobre os comportamentos dos outros porque tem a consciência que se esticar o dedo terá muitos dedos virados para si, mas reconhece todo o direito à CDU de apresentar as propostas que entender. Disse que não se trata de apagar a história pois esta é a “nossa” memória e quando a “tentamos” apagar “temos” de ter consciência de que “estamos” a fazer o mesmo que esses ditadorezinhos fizeram. Se lhe perguntarem se algum dia foi a favor de Salazar, responderá que não. Se lhe perguntarem se é a favor da disciplina, responderá três vezes, “disciplina, disciplina, disciplina”, pois sem ela não há ordem. -----

Mudando de assunto e, quanto ao Conde de Armamar, disse que descobriu um livro muito interessante que fala dele e julga que o Dr. Joaquim Silva já propôs vir falar sobre Conde de Armamar. Por isso, era bom que se proporcionasse essa oportunidade. -----

António Lareiro, com toda a sinceridade disse que não está surpreendido pelas reações que acabaram de acontecer mas não deixa de manifestar a sua tristeza por aquilo que ouviu de pessoas pelas quais tem consideração. Julga que não se trata de apagar a história, nem a alterar. Falaram, aqui, em ditadores nacionais e internacionais e não se vê em lugar algum placas a homenagear esses ditadores e é isso que existe em Armamar e noutras freguesias do concelho. Quando se dá o nome de determinada personagem, acontecimento ou data a uma avenida ou rua é homenagear essas pessoas ou datas históricas. Não se trata de querer apagar a história mas deve-se transmitir o mais corretamente possível o que foram os 48 anos que o povo português viveu. O senhor presidente de junta de freguesia de Armamar ao falar em morada fiscal acabou por reconhecer que a avenida Oliveira Salazar anteriormente só chegava até ao quartel dos bombeiros e agora estende-se até ao lugar das Moses e esta alteração obrigou a que os moradores e estabelecimentos comerciais existentes que usavam essa morada fiscal a



alterassem. Não quis tecer comentários sobre o que falou o presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião sobre Humberto Delgado e seu ato vergonhoso e aconselhou-o a ler e acompanhar bem o que aconteceu aquando da candidatura de Humberto Delgado. O Movimento Democrático apoiado pelo PCP tinha avançado com a candidatura de Arlindo Vicente, um democrata reconhecido por toda a oposição, depois, reconheceu que quem deveria abalar o regime que existia, na altura, era Humberto Delgado. Disse não terem problema algum, em determinadas alturas históricas, fazer alianças com o que pode garantir algumas vantagens. Seria melhor viver numa democracia “burguesa” do que numa ditadura. Hoje, independentemente, das críticas que todos “fazemos” ao sistema democrático, vive-se melhor do que antes do 25 de abril de 1974. Disse quando a CDU propõe a criação de um grupo de trabalho foi para dar oportunidade de avançarem com nomes, porque reconhecem a composição da Assembleia Municipal e sabem que nada pode ser imposto a uma maioria que existe. Disse, ainda, que quando a CDU esteve na junta de freguesia de Armamar várias vezes fez propostas na Assembleia Municipal e, por escrito, ao executivo da Câmara Municipal, propondo nomes alternativos. Quanto à autoridade moral também, aqui, referida, disse que aqueles que hoje os acusam de ser contra a liberdade e se pudessem impunham ditaduras, esquecem-se que foram, também, muitos os comunistas que deram a própria vida a lutar pela liberdade que, hoje, todos reconhecem que existe. Deixou a seguinte questão: - “Quem é que pode ser contra a liberdade quando deu a própria vida pela mesma”?

Sara Gouveia, uma vez que António Lareiro referiu que em parte alguma existia referências a ditadores disse que isso não corresponde à verdade porque existiu todo um movimento pela Europa Ocidental para retirar os nomes dos ditadores das praças e das ruas e, recentemente, em 2021, houve a polémica na Eslovénia em que queriam remover das ruas todas as referências ao ex-ditador Tito. Foi um movimento a nível nacional que se estendeu, sobretudo, na Europa Ocidental. -----



Presidente da Câmara Municipal, quanto à discussão da “Moção” ~~não compete~~ ao executivo entrar na mesma, mas como Sara Gouveia colocou uma questão direta se alguma vez a Câmara Municipal tinha sido notificada sobre a petição, referiu que não tem conhecimento, -----

Deliberação: Reprovada, por maioria, com 24 votos contra, 1 abstenção (a saber: Américo Moreira) e 1 voto a favor (saber: António Lareiro). -----

6) Assembleia Municipal Jovem – Proposta de recomendação (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

O **Presidente da mesa da Assembleia Municipal**, informou que o “Auditório Multiusos” foi uma das propostas apresentadas e resumidamente a fundamentação teria a ver com a construção de um espaço físico que permita a realização de espetáculos, palestras, atuações de final de ano letivo, cinema e teatro aberto à comunidade. Este espaço poderá incluir um palco e lugares sentados. Esta proposta deve-se à falta de locais com estas características e funções na localidade, dificultando a organização de eventos com um número elevado de pessoas com necessidades de um ambiente adequado. A outra proposta foi a dos passadiços da Misarela cuja fundamentação assentava na construção de um passadiço na zona das cascatas da Misarela, eventualmente, com ligação a um percurso em redor de Armamar que fomentasse o Turismo e constituísse uma mais-valia para o bem-estar da população proporcionando espaço para caminhadas e aproximação à paisagem natural. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções. -----

O **presidente da mesa da Assembleia Municipal**, antes de terminar a sessão fez referência ao dia de hoje, 30 de junho, Dia Internacional do Parlamentarismo.

Comemora-se desde 2018 e tem a ver com a sensibilização da necessidade da renovação da democracia. O parlamento, como Edmund Burke diz, “é uma assembleia deliberante de uma nação, com o único interesse: o de todos”. Desejou, a quem neste período vai de férias, umas boas e merecidas férias e tudo de bom e que o reencontro com os “nossos” emigrantes todos os que vistam o concelho nesta época do ano, uma boa estada, pois são sempre bem-vindos. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de votação -----

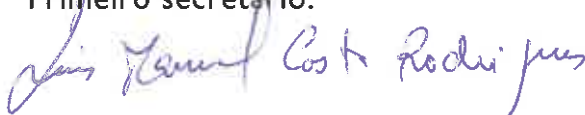
----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às doze horas e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:



Primeiro secretário:



Segundo-secretário:

